



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JULHO DE 1999

Senhora Ruth Cardoso; Senhor Ministro Clóvis Carvalho; Senhores Ministros de Estado, que estão aqui em grande número; Senhor Governador Esperidião Amim, que nos dá a honra da presença; Dona Ângela Amim, Senhora Rosinha, pelo governo do Rio de Janeiro; Dona Maria Helena, pelo governo do Espírito Santo, são as mulheres dos governadores e líderes desses movimentos do Comunidade Solidária em seus estados; Senhores Embaixadores e representantes de organismos internacionais; Doutor Sérgio Moreira, Presidente do Sebrae; Doutor Milton Seligman, Secretário-Executivo do Comunidade; também Dona Telma, do Mato Grosso, está aqui. Desculpe não tê-la citado. Senhores Secretários e a platéia tão expressiva que aqui se reúne,

Eu queria iniciar referindo-me a uma antiga experiência que tive, há muitos anos, no começo dos anos 60, na Comissão Econômica para a América Latina – o Ministro Weffort, naquela altura, estava por lá também –, quando lá se discutia essa questão de desenvolvimento local. Há um sociólogo, um economista alemão, canadense, brasileiro, americano, que foi muito famoso, chamado André Gunder Frank, que, naquela

época – o Professor Juarez Brandão Lopes, que o conhecia, está sorrindo ali –, era uma pessoa de muita presença ideológica, naquele momento, e tinha escrito um trabalho na Cepal contra o desenvolvimento local integrado.

A nossa percepção, na época, era a seguinte: tratava-se de uma manobra diversionista, porque as grandes questões eram outras. As grandes questões eram um Estado capaz de fazer investimentos maciços, de fazer a substituição de importações na América Latina. Era criar as condições macro para o crescimento. E todas essas questões relativas ao micro, ao pequeno, no fundo, desviavam-se da questão central.

Então, a percepção “progressista” era contra os esforços que olhavam para o pequeno, para o local. Era favorável às concepções estruturais. E, vice-versa, os que eram percebidos como mais conservadores olhavam para o pequeno, para o local, e eram, naturalmente, acusados de não verem o macro.

Parece que os tempos mudaram. Hoje, com a percepção que existe do mundo atual, já se percebe que essa antinomia não tem sentido. Essa oposição entre uma preocupação com os grandes investimentos, com as grandes questões estruturais, não deve esmaecer, não pode sufocar o outro lado da questão, que é de que é preciso haver uma integração crescente dos setores que trabalham em nível local, na motivação das regiões menos favorecidas. Há, portanto, cada vez mais, uma visão integrada.

E o que é mais significativo: se, antes, tudo isso aparecia numa ótica que não vou desenvolver, porque não estamos, infelizmente, nas épocas da Cepal, nem de cursos de sociologia, nem de economia – uma ótica bastante diferente da atual –, hoje existe, implicitamente, e, aliás, explicitamente também, uma concepção que mostra que o importante é haver novas formas de articulação, novas formas de ligação.

Ainda recentemente, estive aqui, entre nós, um eminente sociólogo espanhol, que é professor em Berkeley, chamado Manoel Castells, que expôs em alguns grupos, suponho que também no Comunidade Solidária, as suas idéias, as suas teorias sobre as redes que hoje formam, praticamente, a nova espinha dorsal dos processos associativos do

mundo contemporâneo. São redes que, muitas vezes, ultrapassam os limites não só do local e do nacional, porque são redes que se internacionalizam.

Aqui, trata-se da formação de uma rede. Uma rede que inclui, como está incluindo, não apenas o setor público, mas o setor privado e o terceiro setor, e que vai permitir uma sinergia, uma multiplicação de recursos, em função dessa articulação, e que não se limita ao nacional. Aqui estão representantes de países estrangeiros e representantes de organismos multinacionais, agências internacionais. Aqui está o Presidente do Sebrae. O Sebrae parece ser fora do Estado, embora o recurso seja mais ou menos público. Estamos tratando de recuperar esse recurso público para fins públicos. E aqui estão, também, pessoas que são vinculadas a setores empresariais.

Estamos nos articulando de uma forma inovadora. Não existe mais aquela visão antiga, de uma oposição Estado-sociedade, macro-micro. Tudo isso, hoje, tem uma conformação diferente, tem uma prática diferente, que, hoje, já está sendo, como disse aqui, até teorizado, de uma maneira bastante sugestiva, por pessoas como Manoel Castells. Mostra que é fundamental que formemos essas redes: elas são mais rápidas para a sua ação. Elas se formam, se modificam, se desfazem. Não são mecanismos pesados como as estruturas burocráticas ou como as próprias estruturas empresariais, etc.

Então se trata, portanto, de alguma coisa realmente inovadora. E isso, esse programa que acabou de ser exposto aqui pelo Doutor Milton Seligman, é o exemplo vivo do que acabei de falar. Temos no que nos apoiar para levar adiante esses projetos inovadores, porque já houve muita inovação no Brasil. Há muitas ações que levam a uma atitude também de transformação, com métodos que antes não eram usados. Pelo menos, não o eram nessa amplitude.

E esse programa chamado Comunidade Ativa é um dos programas da Secretaria do Comunidade Solidária – porque já vi no jornal, hoje, que “o Comunidade agora se transformou”. Não se transformou, não. É um programa que é um passo adiante, pelas razões que o Doutor

Milton já explicou aqui, com respeito a outros programas que o Comunidade realizava e vai continuar realizando.

Temos experiências. Podemos nos apoiar nessas experiências. Tenho conhecimento de experiências, por exemplo, do – os nomes são sempre feios – Pronager – Programa Nacional de Geração de Trabalho e Renda. Devia-se mudar o nome. Pronager é feio. Mas a ação é boa. E esse Pronager, por exemplo, lá em Belém, já treinou 500 trabalhadores. E o treinamento – creio que a Dona Vera Nassif é mais ativa no Programa –, esse permitiu a criação de 15 empresas. É uma atividade concreta de formação de atividades novas, como o microcrédito. E tudo isso se desenvolvendo a partir de atividades locais e potencializando aquilo que lá existe.

Em um outro município também do Pará, chamado Salinas, da mesma maneira, um programa está treinando desempregados para que eles possam desenvolver cooperativas de prestação de serviços. E não são os únicos exemplos. Em Alagoas, em uma cidade chamada Pão-de-Açúcar, está também o mesmo Pronager. Aí, em articulação com a Sudene, com empresários, com sindicatos, com as Igrejas, com a comunidade. Tudo isso com o Comunidade Solidária, sempre. Não nego os créditos.

O Pronager tem desenvolvido uma atividade muito intensa lá. E, ainda recentemente, houve uma visita de vários empresários. A Ruth foi lá também para ver a produção artesanal da Ilha do Ferro. Enfim, existem muitas atividades nesse sentido. O Banco do Nordeste trabalha com a criação dos agentes comunitários de desenvolvimento ou desenvolvimento do local – não sei como chamaram. Eu mesmo já verifiquei, em vários locais do Nordeste, uma série de atividades nessa mesma direção.

E o que é interessante nisso tudo é que, nesse estilo que agora se chama de Comunidade Ativa, essa articulação permite até um paradoxo: há uma ONG chamada Construindo o Futuro, que é composta por empresários de vários setores, mas o básico é de telecomunicações, de eletroeletrônicos, etc., que está se dispondo a organizar a conexão dos agentes locais, dessas atividades locais através da Internet, com um *site* próprio. Quer dizer, pode parecer um paradoxo: o mais pobre, o mais atrasado se comunicando via Internet, com o apoio de setores empresa-

riais. Mas isso é o que essas redes permitem. E permitem, realmente, uma verdadeira revolução no modo pelo qual se encaram essas questões todas.

De modo que acredito que esse programa Comunidade Ativa vai ter êxito. Vai ter êxito. E se estamos iniciando com cento e trinta e poucos municípios no Brasil todo, não significa que não possamos alcançar a meta de mil. Reitero: isso não esgota a ação da Secretaria do Comunidade Solidária, nem vai interromper os outros programas. O que acontece é que estamos colocando foco em outra coisa, que é muito importante. Já a expressão foi bem colocada aqui: ensinar a pescar e não dar o peixe só. Não é isso?

Não podemos continuar a ter programa de cesta básica indefinidamente, porque isso é uma vergonha. Temos que acabar com as cestas básicas e criar condições, com a dignidade do trabalho, para que as pessoas possam ter acesso a condições de vida que não as obriguem a ter de receber uma cesta básica. Fico espantado quando vejo, como se fosse um grande êxito, estarmos distribuindo mais cestas básicas. Meu Deus, temos que distribuir mais emprego. Temos que ganhar mais iniciativa. Temos que dar mais dignidade à condição humana para que as pessoas possam dispensar o assistencialismo.

Evidentemente, isso não se consegue do dia para a noite, nem com isso estou querendo dizer que os programas de assistência devam ser interrompidos. Mas a natureza dos programas têm que mudar para que possamos, progressivamente, passar a programas que impliquem, realmente, uma atitude ativa das pessoas na sociedade. Daí o nome Comunidade Ativa.

Acho que é esse o caminho. O caminho a percorrer, certamente, é grande. Um país cheio de problemas, como o nosso, de pobreza, de miséria mesmo, não resolve isso de um momento para o outro. Mas só se resolve se houver essa articulação. Só se resolve se houver, realmente, essa compreensão de que temos de, a despeito de quaisquer outras diferenças – partidárias de nível de renda, de tipo de atividade –, nos unir, através do espírito de que ou o Brasil entra com uma sociedade mais dinâmica no mundo que vai se formando no próximo século ou

vamos estar condenados à irrelevância, à pobreza, à miséria e à exclusão.

Há alguns anos, participei de um seminário, na Espanha, sobre o que hoje se chama de globalização – não se chamava assim, na época. Eu disse então: “Olha, nós estamos assistindo a uma mudança essencial no mundo. Porque nós todos criamos as nossas concepções através da idéia de que o sistema predominante, o sistema capitalista, é o sistema de exploração do homem pelo homem.” Era esse o grande mote. Agora, é pior: há aqueles que não servem nem para serem explorados. É de desespero a situação. Quer dizer, então é preciso evitar que exista a tendência a essa globalização com exclusão crescente.

Ora, essa tendência à exclusão crescente está inscrita na ordem natural das forças darwinistas de mercado, como dizia o escritor Carlos Fuentes, hoje. Está inscrita. Se não houver uma ação da sociedade, do Estado, do governo, não do governo no sentido antigo, mas no sentido moderno, de articulação, se não houver uma ação, vamos, realmente, condenar uma parte da população brasileira ao desespero. Não podemos aceitar isso. Moralmente, isso é inaceitável. Temos que ter uma atitude muito mais ativa. E esses programas são para isso.

Também termino, como todos terminaram, felicitando a iniciativa, confiante de que ela vai dar certo, e tendo a certeza de que o Doutor Milton e seus colaboradores, amplo senso, do Comunidade Solidária, o Conselho, os interlocutores, vão continuar trabalhando e vão contar com o apoio do Governo.

Muito obrigado.